



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 – TELEFONE (44) 3518-5050 - CEP 87302-

C.N.P.J. 79.869.772/0001-14

WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR

Gab. Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 192/2025.

PROCESSO DIGITAL 51.784/2025.

AUTORIA: ESCRIVÃO PARMA

ENVIADO À COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

RELATOR – DR. ERALDO TEODORO DE OLIVEIRA

Tramita nesta Comissão Permanente de Finanças e Orçamentos o Projeto de Lei nº 192/2025, protocolizado sob o nº **51.784/2025**, exposto em 05 (cinco) artigos, que **“Dispõe Sobre Políticas Públicas de Acolhimento e Integração de Imigrantes no Município de Campo Mourão e Dá Outras Providências”**.

DO RELATÓRIO

Pois bem, observando a lavra do Procurador Jurídico, afirma que a Coordenadoria de Assuntos Legislativos certificou, no dia 16 de outubro de 2025, a **inexistência de matéria** registrada por outro Vereador, mas que necessita de análise jurídica quanto às prejudicialidades e assim por diante. Ainda, a lavra do Procurador Jurídico afirma que não há nos últimos 180 (cento e oitenta) dias, qualquer proposição que tenha sido objeto de indicação ou outro documento aprovado em plenário segundo entendemos e ou súmula proposta por qualquer membro do Poder Legislativo da Casa.

Por não se tratar de assunto igual a outra proposição e, citando decisão do C.STF, no ARE 1495711 e recente decisão também do mesmo órgão no C. STF, no RE 1544272 ED³, que diz que a Câmara Municipal possui competência para instituir políticas públicas...e, ainda que não



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 – TELEFONE (41) 3518-5050 - CEP 87302-220

C.N.P.J. 79.869.772/0001-14

WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR

Gab. Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira

resulta em vício de iniciativa parlamentar criar política pública, desde que não adentre em matérias de iniciativa reservada ou alterar a estrutura e funcionamento da Administração Pública de forma indevida.

Ao findar o seu parecer, afirmou que em análise, salvo melhor juízo, não via óbice a *tramitação* do Projeto de Lei em questão, não vislumbrando *evidente* inconstitucionalidade, ilegalidade ou desrespeito aos preceitos regimentais desta Casa de Leis, citando o art. 151, § 2º, II, “b” do Regimento Interno, referente à sua tramitação.

Por final, para melhor análise, sugeriu o envio do mencionado Projeto de Lei para as **Comissões Permanentes de Legislação e Redação; Finanças e Orçamentos; Méritos Temáticos e, Saúde, Educação e Segurança Pública.**

Manifestou-se favorável a tramitação do Projeto de Lei em pauta, respeitada a análise dos nobres Edis.

PARECER E VOTO DO RELATOR:

No uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Art. 40, letra “c”, do inciso I e V, do inciso III, do Regimento Interno desta Casa de Leis, passo a relatar da seguinte forma o elencado no Projeto de Lei nº 192/2025.

I – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei de iniciativa parlamentar que tem por objetivo instituir políticas públicas municipais voltadas ao acolhimento, integração social, educacional e laboral de imigrantes, bem como à criação de programas de assistência social, jurídica e psicológica, além de tantas outras que por amor a brevidade deixamos de declinar por entender desnecessário, assegurando aos imigrantes os mesmos direitos e benefícios concedidos aos cidadãos brasileiros, que já são carentes de saúde, educação, segurança e moradia, além de muitas outras necessidades.

II – FUNDAMENTAÇÃO

1. Iniciativa e competência legislativa.



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 – TELEFONE (44) 3518-5050 - CEP 87302-22C

C.N.P.J. 79.869.772/0001-14

WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR

Gab. Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira

O projeto versa sobre a criação de políticas públicas e de programas de atendimento, o que implica a **instituição de novas atribuições administrativas e despesas para o Município.**

Nos termos do art. 61, § 1º, II, "b" e "e", da Constituição Federal, e por simetria, das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais, **é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo a proposição de leis que criem ou aumentem despesa pública ou estruturam órgãos e atribuições da administração.**

Assim, verifica-se **vício de iniciativa**, por se tratar de matéria de competência exclusiva do Poder Executivo.

2. Criação de despesas sem estimativa de impacto orçamentário.

O projeto cria obrigações ao Município, como a implementação de programa de acolhimento, cursos, serviços de assistência e integração, **sem apresentar estimativa do impacto orçamentário-financeiro**, conforme exigem o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e o art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Tal ausência impede a análise de viabilidade e **torna o projeto formalmente inconstitucional e ilegal** sob o ponto de vista orçamentário-financeiro.

3. Igualdade e direitos e naturalização.

A Constituição Federal assegura aos estrangeiros residentes no País **os direitos fundamentais da pessoa humana** (art. 5º, caput), mas a **equiparação plena aos direitos dos nacionais** – especificamente quanto ao acesso a políticas públicas específicas e benefícios sociais – **depende do processo de naturalização**, conforme previsto nos arts. 12 e 13 da Constituição Federal.

Dessa forma, o projeto, ao estender automaticamente aos imigrantes os mesmos direitos de cidadania dos brasileiros natos ou naturalizados, **ultrapassa os limites constitucionais e invade matéria de competência da União**, responsável pela política migratória e pela definição do status jurídico de estrangeiros (art. 22, XV, da CF). **"Ad argumentandum tantum"** (imaginem milhões de estrangeiros vindo ao nosso País para usarem o nosso sistema de saúde? Vira o caos).



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 – TELEFONE (44) 3518-5050 - CEP 87302-22

C.N.P.J. 79.869.772/0001-14

WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR

Gab. Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, o presente projeto de lei:

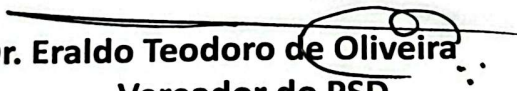
- ° apresenta **vício de iniciativa**, por criar despesas e programas de competência do Executivo.
- ° **viola a Lei de Responsabilidade Fiscal**, por ausência de estimativa de impacto financeiro.
- ° **afronta a Constituição Federal**, ao atribuir aos imigrantes direitos e prerrogativas reservadas aos brasileiros naturalizados e invadir competência da União.

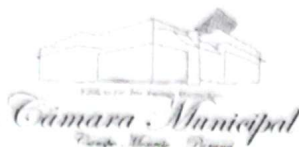
DO VOTO

Como relator, após verificar que o projeto de lei em pauta invade a competência do Poder Executivo, concluímos que devemos dar o nosso parecer **contrário** à sua tramitação, **pela inconstitucionalidade, ilegalidade e inconveniência do Projeto de Lei nº 192/2025, opinando-se pela sua rejeição.**

“Ad Cautelam”, esse é o nosso parecer.

SALA DAS SESSÕES DO PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, em 14 de novembro de 2025.


Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira
Vereador do PSD



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 – FONE (44) 3518-5050 - CEP 87302-220
C.N.P.J. 79.869.772/0001-14
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR
WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR

DR ERALDO TEODORO DE OLIVEIRA
Relator

VOTOS DOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 192/2025

O Vereador – Presidente **Sidnei Jardim** se manifesta, aos termos do parecer:

☐ Favorável

☒ Contrário

☐ Ausente

Assinatura:

O Vereador - Membro **Hélio HG** se manifesta, aos termos do parecer:

☒ Favorável

☒ Contrário *contrário*

☐ Ausente

Assinatura: